

# Relator fica em campanha e só assina

Para os 32 relatores da comissão mista que estão encarregados de elaborar pareceres sobre os anexos dos orçamentos plurianual e para 1987, encaminhados ontem ao Congresso, o trabalho não implicará, necessariamente, a sua permanência em Brasília, nem os obrigará a deixar de lado a campanha eleitoral em seus Estados: a eles basta orientar a assessoria orçamentária da Câmara ou do Senado, ou sua própria assessoria, sobre o que pretendem. Depois, eles só assinam os pareceres.

Mas, se isso não é problema, reunir no Congresso, às vésperas das eleições número suficiente de deputados e senadores para votar os orçamentos da União será uma verdadeira dor de cabeça, não só para o Gover-

no, como também para as lideranças parlamentares que apóiam o Governo.

Depois das eleições, o Congresso conta apenas com 15 dias para aprovar os orçamentos, já que a data fatal para que seja apreciado Legislativo é 30 de novembro. Ao Governo, não interessa de forma alguma a aprovação de qualquer matéria por decurso de prazo, embora esse impacto possa ser reduzido politicamente após as eleições.

O líder do PMDB na Câmara, depu Pimenta da Veiga, anunciou, no início deste semestre, a intenção de promover um esforço concentrado em agosto e outro em setembro, votar matérias polêmicas do interesse do Governo que não haviam obtido consenso. O esforço concentrado de agosto não foi realizado e,

do de setembro, não se ouviu falar mais.

Depois de 15 de novembro, os problemas de quorum não serão tão facilmente superados, quanto se possa imaginar. Vitoriosos estarão comemorando e participando de reuniões políticas com os setores que os ajudaram na eleição. Os, por sua vez, poderão estar amargando uma revolta grande, e, em muitos casos, estarão culpando o Governo pela reeleição. Neste caso, como tentativa de sobrevivência política, poderiam procurar barganhar, junto ao Executivo, o apoio a esta e outras matérias do interesse do Governo.

Ao Governo restaria, como alternativa, fazer um apelo veemente aos líderes partidários para garantir a presença dos parlamentares em Brasília.